

Materialismo feminista, crise do trabalho assalariado e imbricação das relações sociais estruturais: entrevista com Jules Falquet

Por Oriane Petteni e Sophie Wustefeld, preparada com a colaboração de Jessica Borotto e Alain Lou¹

Sophie Wustefeld: A originalidade e a riqueza do esforço teórico produzido há anos pelas feministas marxistas, das quais você faz parte, é a exigência permanente de ligar as questões de gênero às de raça e de classe, contrariamente a autores como Balibar e Wallerstein, que parecem privilegiar uma figura particular do explorado contemporâneo, o migrante, em detrimento dos outros. Quais são os riscos implicados nessa valorização de um tipo de luta diante de outra? Como pensar a luta em termos que não privilegiem uma agenda em relação à outra, em termos, para retomar uma expressão sua, que não sejam “concorrentes” no que diz respeito à especificidade de cada exploração?

Jules Falquet: Para começar, eu gostaria de retificar um dos termos da questão, aquele do “feminismo marxista”. Na verdade, eu me situo mais na perspectiva do feminismo materialista e especificamente do “feminismo materialista francófono”. Essa corrente foi constituída como uma crítica (construtiva) às perspectivas marxistas – quer se trate das marxistas feministas, das marxistas-feministas ou ainda das feministas socialistas (as denominações variam segundo os países e as épocas²). A perspectiva específica aberta por Colette Guillaumin

¹ Tradução: Máira Kubík Mano. Revisão técnica: Sabrina Areco.

² JUTEAU, D; LAURIN, N. L'évolution des formes d'appropriation des femmes: des religieuses aux 'mères porteuses'. *Revue canadienne de sociologie et d'anthropologie*. vol. 25, n. 2, p. 183-207, 1988.

e outras feministas materialistas utiliza as ferramentas materialistas e uma perspectiva histórica, mais que estritamente marxista, para demonstrar que há uma especificidade das relações sociais estruturais de sexo³ que não são redutíveis às de raça ou de classe. Elas entraram então de maneira muito original na discussão dos anos 1970 sobre a articulação patriarcado-capitalismo.

Hoje em dia, vendo a situação econômica e política atual, é ainda das teorias marxistas que eu me sinto mais próxima. Contudo, minha posição parte de outras bases e desemboca em outros resultados. Por exemplo, no que diz respeito às importantes análises da recomposição do racismo e dos migrantes como novo centro gravitacional do proletariado propostas por Balibar e Wallerstein⁴, eu penso que é uma pena que, apesar de anunciar que eles iriam falar de gênero, e ainda que o que eles escrevem sobre os migrantes se aplique de maneira notável à situação das mulheres, eles negligenciam totalmente essa dimensão⁵. Ademais, eles invisibilizam completamente o trabalho de Guillaumin, que foi a primeira a formular, na França dos anos 1970, a ideia de que a raça era uma construção social e histórica, até mesmo uma relação social estrutural (de apropriação).

Então, para responder a sua pergunta: há uma diferença muito profunda entre a perspectiva marxista “ortodoxa”, que reflete sobre as transformações históricas analisando principalmente as relações de classe (geralmente reduzidas à dupla “burguesia-proletariado”), e à qual algumas feministas marxistas procuraram acrescentar

³ No original, *rappports sociaux*, que não possui tradução direta para o português. Optamos por colocar como “relações sociais estruturais” de modo a elucidar a dimensão abordada pela autora. Em francês, *rappports sociaux* diz respeito ao nível macro enquanto *relations sociales* são relativas ao nível micro, como a entrevistada apontará mais adiante (N.T.)

⁴ BALIBAR, E; WALLERSTEIN, E. *Race, Nation, Classe*. Paris: La Découverte, 1988.

⁵ FALQUET, J. La règle du jeu. Repenser la co-formation des rapports sociaux de sexe, de classe et de “race” dans la mondialisation néolibérale. In: DORLIN, E. (com a colaboração de Annie Bidet). *Sexe, race, classe: pour une épistémologie de la domination*. Paris: PUF, 2009, coleção Actuel Marx Confrontation.

as mulheres, as relações de sexo ou raça, sem verdadeiramente chegar a lhes dar o mesmo estatuto nem ver como o conjunto se articula; e a perspectiva que foi colocada primeiro pelas feministas negras estadunidenses, que declararam que existem *várias relações sociais estruturais igualmente importantes e estreitamente imbricadas*, tanto na vida cotidiana quanto teoricamente. Essas três relações sociais estruturais, de sexo, de raça e de classe, são co-formadas, co-construídas ou imbricadas de maneira inseparável. É preciso então considerar-lhes intelectual, política e metodologicamente com a mesma importância. Não há razão para pensar que a relação de classe (relação de exploração) é o fio principal ao qual podemos acrescentar depois as outras duas relações. Partindo-se dessa perspectiva da imbricação (que acho muito mais interessante do que aquela da interseccionalidade), então a questão não é de acrescentar ou não algumas “variáveis” por “ética política”. As relações sociais estruturais já *são* sempre imbricadas, queiramos ou não. É, portanto, por uma questão de eficácia que é preciso lutar contra as três relações com a mesma determinação.

Concretamente, como eu procuro explicar com o conceito de “vasos comunicantes”⁶, se nós mexemos com uma dessas relações, isso afeta automaticamente as outras (não necessariamente em proporções idênticas nem com um sentido previsível)... Com certeza, havendo apenas uma vida e 24 horas por dia, e estando situadas cada um/a em um lugar preciso dessas relações, nós não podemos lutar a toda hora contra as três relações sociais estruturais com a mesma intensidade. Mas é absurdo e contra produtivo lutar contra apenas uma relação por vez. Na verdade, isso é um luxo daquelas e daqueles que têm certos privilégios – de classe, de raça ou de sexo – sobre os quais se apoiar.

⁶ FALQUET, J. Le capitalisme néolibéral, allié des femmes? Perspectives féministes matérialistes et imbricationnistes. In: *Sous le développement, le genre/Under Development, Gender*. VERSCHUUR, C.; GUÉTAT, H.; GUÉRIN, I. (coords). Paris: IRD, 2015.

Oriane Petteni: Eu gostaria de pedir para você retomar rapidamente o que entende por materialismo, já que você tem certa crítica ao marxismo.

JF: Minha utilização do qualificativo “materialista” tem mais a vocação de explicitar uma posição dentro do campo feminista do que dentro do campo marxista. A corrente que eu chamo de “feminismo materialista francófono” está centrada sobre as dimensões materiais e estruturais da situação social das mulheres e dos homens como indivíduos, mas, sobretudo, como classes de sexo, situações vistas como dialeticamente produzidas uma pela outra, ou mais precisamente, produzidas pelas “relações sociais estruturais... de sexo”. Trata-se de uma perspectiva radicalmente diferente da teoria de um “sistema sexo-gênero” (com razão criticada por Butler, mas quase 20 anos depois dos primeiros trabalhos de Mathieu). A “teoria do gênero” é apoiada sobre a ideia que há de qualquer forma um substrato natural, verdadeiro, ao gênero (o sexo biológico, a vagina, a procriação... aquilo que Wittig, com tanta razão, chamou de mito da Mulher, com M Maiúsculo). Nessa visão, acima desse substrato natural do sexo, estaria o gênero, que seria social no sentido de “cultural”, resultado de uma introjeção individual mais ou menos bem sucedida dos “papeis sexuais”, “normas de gênero” ou “identidade”, nas interações da vida cotidiana. Diferentemente, na perspectiva feminista materialista, quando se fala que uma coisa é social, quer dizer que está sendo produzida por relações sociais estruturais, *não a partir da biologia e senão que a partir de interesses sociais*. Não é por acaso que a teoria “sexo-gênero” foi desenvolvida em línguas em que a diferença entre *rappports sociaux* e *relations sociales* (macro e micro, estrutural e inter-individual) é menos clara do que em francês.

OP: OK.

JF: A corrente que me interessa mais particularmente é o grupo que se organizou em 1978 em torno da revista *Questions féministes* (em especial com Christine Delphy, Nicole-Claude Mathieu e Colette Guillaumin), em uma perspectiva crítica diante do marxismo.

Elas desnaturalizaram completamente a questão do “sexo” ao colocar que homens e mulheres – enquanto indivíduos e enquanto grupos – são produzidos por relações sociais. Elas não buscavam em nada saber se se tratava de machos, fêmeas, intersex, não se interessavam pelas identidades ou papéis femininos e masculinos: a questão estava além. O centro da análise é que existe uma organização, uma divisão do trabalho que constitui a razão de ser das relações sociais estruturais de sexo. É ela que faz com que as pessoas sejam progressivamente construídas e colocadas em uma posição de homem ou de mulher. Como no caso das “marcas” ditas físicas da raça, analisadas por Guillaumin, essa organização do trabalho se apoia sobre determinados elementos corporais tomados como símbolos de masculinidade e feminilidade. Assim como as relações sociais de raça se cruzam com elementos fenotípicos de maneira completamente “imperfeita” e, sobretudo, arbitrária, o pertencimento às classes de sexo não é fruto de diferenças e menos ainda de evidências biológicas. Os elementos fenotípicos do sexo e da raça têm uma materialidade, é certo, mas sua “realidade” intelectual é produzida por uma construção ideológica, na construção de uma diferença, que é muito bem analisada por Guillaumin e Wittig. Um dos pontos fundamentais da abordagem materialista é então ser anti-naturalista e distinguir claramente as relações sociais (inter-individuais) das relações sociais estruturais, que são bem mais difíceis de “problematizar”, sobretudo individualmente. A maior parte das pessoas marxistas não conseguiram compreender esse ponto, em especial as anglófonas dos anos 70-80, que no debate sobre a articulação patriarcado-capitalismo partiram de um sistema sexo-gênero que elas tentaram juntar ao sistema capitalista, ou tentaram inserir qualquer coisa da ordem econômica no gênero, sem sucesso. A maioria refletia sobre as relações estruturais de classe em termos marxistas e as relações de sexo em outros termos: culturais, ideológicos, identitários... Pessoalmente, eu acredito que utilizar a *categoria* de gênero no lugar da *teoria das relações sociais estruturais* de sexo leva frequentemente à confusão ou à despolitização completa,

introduzindo uma falsa simetria entre os “dois gêneros” e/ou ao preconizar uma multiplicação destes que deixa absolutamente intacto o problema de fundo, a saber, a organização desigual do trabalho. É claro que o termo gênero, hoje largamente aceito e frequentemente utilizado para não se pronunciar o termo “feminista” (e inclusive às vezes no lugar da palavra “mulher”), é mais prático de usar do que “membro da classe dos homens”, “membro da classe das mulheres” ou “relações estruturais de sexo”. Inclusive, mais simples ainda é falar de homens e mulheres (para não parecer tão estranho). Mas na realidade, a cada vez é necessário definir se nós falamos em realidade de categorias sociais e políticas ou se nós utilizamos apenas a linguagem do senso comum. A naturalização tão forte e tão antiga do sexo (mais ainda que da raça) torna as coisas particularmente difíceis de enunciar com propriedade. Wittig, em suas pesquisas literárias, tentou implodir o senso comum tão profundamente inscrito na linguagem...

SW: Sim, às vezes você retoma Wittig em seu uso um pouco desconcertante, contraintuitivo ou polêmico do termo “lésbica”⁷. Isso não coloca de alguma forma um problema semelhante ao termo homem ou mulher?

JF: Eu penso que não, eu penso que o uso que Wittig faz do termo lésbica não é polêmico, mas político. Ela o utiliza para designar essas pessoas que combatem individual e coletivamente o sistema político da heterossexualidade, ou seja, do pensamento *straight*⁸, ou ainda da *ideologia da diferença sexual*, dito de outro modo, da ideologia naturalista no que se refere às relações sociais estruturais de sexo;

⁷ WITTIG, M. *La pensée straight*. Paris: ed. Amsterdam, 2013. “[Uma lésbica] não é uma mulher, nem economicamente, nem politicamente, nem ideologicamente”.

⁸ De propósito, Monique Wittig optou por não traduzir o termo “straight” em “heterossexual”, porque qualifica algo mais amplo: “pensamento straight” é um conceito que vai além de “pensamento heterossexual”, quer dizer, ideologia da diferença sexual (N.T.)

ou, nos termos de Guillaumin, das relações sociais de *apropriação* que existem entre a classe de sexo dos homens e a classe de sexo das mulheres. Wittig procurou, numa época em que os debates ainda eram incipientes, um termo que fizesse menos referência à sexualidade que “homossexualidade feminina”, e não é por acaso: a sexualidade em si é um epifenômeno nessa luta. Wittig fala pouco de sexualidade: o que ela diz é que se trata simultaneamente de tentar sair dessas relações sociais estruturais de sexo e de combatê-las. Porque sair do que Guillaumin chamou de *apropriação privada* nunca foi suficiente. Da mesma maneira que para as pessoas escravizadas, fugir não era suficiente (esse é o exemplo que Wittig usa): os amos enviavam cães, homens armados, soldados para lhes recapturar, etc. Portanto, é preciso sim fugir, mas também se organizar coletivamente e lutar arduamente contra aquilo que causou a situação de fuga.

Historicamente, seguindo o trabalho de Wittig, alguns grupos se formaram e tentaram colocar em prática certas coisas, em especial comunidades concretas (como Terras de mulheres, na França, no Canadá ou ainda no México⁹), buscando construir bases materiais para combater a lógica das relações sociais estruturais de sexo. Mas em um contexto dominante tão hostil, essas tentativas são muito complicadas de serem implementadas e tiveram grandes dificuldades em prosperar.

SW: Você poderia nos dizer um pouco mais sobre o conceito de *apropriação* de Guillaumin e o uso que você faz dele ao abordar o trabalho “considerado como feminino”?

JF: A contribuição maior de Guillaumin, para mim, é sua releitura do conceito de “força de trabalho” sob o prisma do racismo, da escravidão, da servidão e da questão das mulheres. Ela mostra que

⁹ Ver: MOGROVEJO, N. *Un amor que se atrevió a decir su nombre*. La lucha de las lesbianas y su relación con los movimientos homosexual y feminista en América Latina. México: Plaza y Valdés, 2000; assim como o documentário de Myriam Fougères, *Lesbianas: une révolution parallèle*, 2016.

essas problemáticas, que por sua vez são muito diferentes, possuem todas um ponto comum: as pessoas envolvidas não pertencem a elas próprias e não podem, portanto, vender sua força de trabalho, que não lhes pertence. Elas estão então em uma situação bastante diferente daquela do proletariado, uma situação que Guillaumin chama de “relação social estrutural de apropriação”, e que diz respeito não a uma força de trabalho, mas à totalidade da fonte dessa força de trabalho: as pessoas, como corpos. E mais: alguns desses corpos podem inclusive produzir outros corpos. Isso faz uma enorme diferença e é o que o meu trabalho tenta desenvolver. Proponho explorar, como sugeriu Guillaumin, as contradições que existem entre a apropriação privada e coletiva, assim como entre a apropriação coletiva e a livre venda da força de trabalho. Acho que são essas as contradições que explicam as diferentes formas históricas e locais que toma a imbricação das relações sociais estruturais de sexo, de classe e de raça. Eu proponho que esses diferentes arranjos das relações sociais funcionam segundo uma lógica de “vasos comunicantes”.

Por exemplo, a apropriação privada nas relações sociais estruturais de sexo se dá no casamento e a apropriação coletiva é observada entre as religiosas, as prostitutas (e as “ventres de aluguel” como evidenciaram Juteau e Laurin¹⁰). Já para as relações de raça, eu sugiro que a apropriação privada corresponde à escravidão do sistema *plantation* no século XVIII, sob a égide de amos e amas individuais, e a apropriação coletiva, ao estatuto legal que cria hoje os/as imigrantes ilegais e, portanto, sem direitos. Eu percebo hoje uma frouxidão da apropriação privada de raça (os/as antigos/as escravos/as foram “transformados/as” em negros/as ou em migrantes pós-coloniais). Com Juteau e Laurin, eu me questiono se, em matéria de sexo, haveria uma evolução da apropriação privada para formas cada vez mais coletivas de apropriação¹¹. A apropriação privada, que diz

¹⁰ JUTEAU; LAURIN, op. cit.

¹¹ FALQUET, J. Transformations néolibérales du travail des femmes : libération ou

respeito mais frequentemente às mulheres brancas, de classe média ou superior (que podem chegar a uniões matrimoniais mais legítimas), poderia representar certo “luxo”. Em determinadas configurações sócio-temporais, seria/poderia ser mais simples para um homem pagar separadamente uma babá, uma faxineira e uma prostituta... Isso me remete ao que Flora Tristan escreveu sobre a abolição da escravidão na Grã-Bretanha. Na época, ela havia assistido aos debates parlamentares disfarçada de homem (a Câmara era proibida às mulheres) e, logo após, ela escreveu (em *Promenades dans Londres*, em 1840): não pensem que abolem a escravidão por uma preocupação ética, na verdade a mão de obra irlandesa ou judia não custa nada; os capitalistas podem ir aos bairros irlandeses ou judeus, onde as pessoas passam fome e estão moribundas, é bem fácil pegar essas pessoas, homens, mulheres e crianças, fazê-las trabalhar e, logo, descartá-las. É mais barato e mais rentável do que manter em vida, durante anos, escravas e escravos. Podemos ter como hipótese que as relações sociais estruturais de sexo, tais como as de raça, poderiam passar por estágios onde uma ou outra forma de apropriação domina e que as transformações são constantes. Complexificando a questão, algumas pessoas apropriadas chegam a separar de seus corpos-máquina-força-de-trabalho, uma coisa que se chegou a chamar “força de trabalho”, e a obter o direito – porque é também uma questão jurídica – de vendê-la. E sobre essa questão jurídica, é importante notar que o sexo e a raça têm sido ligados a sistemas legais fundados sobre ideologias naturalistas segundo as quais algumas pessoas não são proprietárias de si mesmas e menos ainda capazes de estabelecer um contrato.

SW: Podemos dizer que sua teoria dos vasos comunicantes força, igual que ao que já escreveu Guillaumin, a se afastar de uma visão

nouvelles formes d’appropriation ? In: GUIMARÃES, N. A.; MARUANI, M.; SORJ, B. (coords.). *Genre, race et classe*. Travailler en France et au Brésil. Paris: l’Harmattan (coll. Logiques sociales), 2016, p. 39-52.

“teleológica” da passagem de um sistema de exploração a outro e à pensar, em vez disso, a imbricação dos fenômenos de naturalização? **JF:** Se refutamos a ideia de que existe uma relação social estrutural central (a relação estrutural de classe social, no sentido proletariado-burguesia), que definiria totalmente a organização do trabalho e a criação do valor, se nós abandonamos essa ideia de unicidade, então temos que revisar a história da sucessão dos modos de produção, que não aparece mais como linear como uma árvore, mas como uma espécie de moita bastante confusa. Existe sim uma espécie de “evolução” ou ainda uma transformação perpétua, mas ela envolve simultaneamente diversas relações, o que cria, no lugar de uma bela linha, um emaranhado de configurações segundo o lugar e a época. Houve, durante muito tempo (antes da globalização atual), evoluções em espaços menores e fragmentados. A extensão neoliberal do modo de produção capitalista conduziu a uma globalização das evoluções. Se nas pequenas unidades havia certamente uma imbricação dinâmica e específica de várias relações sociais estruturais (mesmo se em determinados períodos e lugares, a raça não tivesse um estatuto de relação social, a classe não existisse ou o sexo tivesse outro sentido), a interconexão crescente dos espaços confronta repentinamente essas diferentes configurações, o que tende a produzir efeitos de unificação brutais e muitas vezes difíceis de sobrelevar. Continuar pensando de maneira linear em termos de sucessão dos modos de produção é restringir-se a abranger apenas uma pequena parte do panorama.

OP: Aqui podemos reconhecer uma das pistas de pesquisa lançadas para os estudos materialistas no seu artigo “A combinatória *straight*”¹², a saber, a escrita da “história do trabalho integrado”, que repensa o conceito de “trabalho” a partir da imbricação das relações sociais estruturais?

¹² FALQUET, J. La combinatoire *straight*. Race, classe, sexe et économie politique: analyses matérialistes et décoloniales. *Cahiers du Genre*, 2016/3, p. 73-96. Disponível em: < http://www.cairn.info/resume.php?ID_ARTICLE=CDGE_HS04_0073>.

JF: Sim, é um campo vasto...

OP: Esse termo me chamou atenção porque ele é extremamente ambicioso por um lado, e por outro, parece uma consequência lógica do seu trabalho: se nós deslocamos ou pluralizamos o pivô principal da teoria marxista, o conceito de trabalho, então parece não haver outra escolha senão reescrever uma nova história dos modos de produção, ao que teria direito pleno, em sua estrutura teórica, o trabalho invisível mencionado nessa entrevista.

JF: De fato, como diziam Guillaumin e Tabet, é preciso repensar o conceito de trabalho. Eu não chego a aderir ao que eu compreendo como a análise marxista do trabalho dito de “reprodução”. Eu não sou especialista do universo conceitual ao qual esta análise pertence, mas estou convencida que ela apresenta falhas lógicas. A tese doutoral de Madgalena Brand¹³ sobre o trabalho das “mulheres livres” em Bangui hoje demonstra bem que é preciso integrar à compreensão do trabalho “produtivo” das pessoas “expatriadas” da França na República Centro-Africana o trabalho reprodutivo privado mas também público efetuado por mulheres livres centrafricanas, e isso desafia as lógicas de fixação de valor da economia de mercado. É necessário não apenas integrar aí o trabalho doméstico, mas também o trabalho sexual – que é completamente posto de lado na maioria das análises atuais, com exceção de abordagens sob uma ótica moral (seja para condená-lo ou glorificá-lo). O trabalho procriativo é outro ponto cego. Nos melhores dos casos, chega-se a dizer que os Estados obrigam as mulheres a produzir novas gerações por meio de políticas natalistas e confiscam o fruto do trabalho procriativo das mulheres, mandando essas novas gerações à guerra ou forçando-as ao trabalho, ou às vezes denuncia-se a exploração dos “ventres de aluguel”, mas não se vai muito mais longe. No meu artigo sobre a “combinatória *straight*”, eu proponho

¹³ BRAND, M. «Boxer-Bangui». *les femmes libres aux frontières des politiques sexuelles de l'expatriation française en Centrafrique*. 2016. Tese (Doutorado) – Université Paris 8, Paris, 2016. Orientada por Mme Gail Pheterson.

refletir mais sobre a imbricação das duas dimensões do trabalho (reprodutivo e produtivo), buscando compreender as implicações do fato de uma parte da força de trabalho (algumas das portadoras de úteros, mas não todas elas) ser ao mesmo tempo chamada a realizar o trabalho produtivo clássico e o trabalho de produção de novos “corpos-máquinas-força-de-trabalho”.

OP: Sobre essa proposta, acho que o que é apresentado por Guillaumin e outras é repensar o trabalho a partir da especificidade do corpo solicitado no trabalho procriativo (e, portanto, feminino: um corpo que trabalhe de maneira “global”, sendo que no trabalho procriativo o corpo inteiro é solicitado, assim como o seu tempo em totalidade, o que provavelmente incita a apropriação), à diferença de outra forma de corporalidade (historicamente mais masculina), aquela da “força de trabalho”, portanto do braço “removível” que pode ser vendido, alugado, por uma duração determinada.

JF: Eu penso que é preciso inverter completamente a perspectiva e pensar o corpo humano genérico como feminino. Esse corpo não é “naturalmente” apto a procriar o tempo todo (existem, por exemplo, indivíduos radicalmente estéreis, outros em período de não fertilidade, outros que não possuem ou já não mais possuem úteros). Mas tudo mudaria se pensássemos os corpos trabalhadores como potencialmente procriativos (constituindo os corpos que não o são, como exceções muito secundárias na discussão). O que é preciso então explicar em primeiro lugar é a situação dos “corpos-máquinas-força-de-trabalho” que podem ao mesmo tempo “trabalhar” e/ou também produzir outros corpos: como é organizada a alocação dessa força de trabalho. Em qual proporção, e porque esses corpos são designados ao trabalho “imediato” em vez de, ou ao mesmo tempo que, ao trabalho procriativo (dado que há potencialmente contradições entre as duas utilizações)? Isso se complica se pensarmos que é necessário fornecer material genético a esses corpos, geralmente sob a forma de espermatozóides. Cabe então a pergunta: deveria vir o material

genético externo de corpos considerados como da “mesma raça”, da “mesma classe”? Como tudo isso é organizado (é o que eu chamo precisamente de combinatória *straight*)?

SW: Sobre a reivindicação ou não da mensurabilidade de um trabalho, mais precisamente do trabalho considerado como feminino, por meio de uma luta salarial que se confronta com o modo de produção capitalista: como evitar, de um lado, a armadilha de determinadas éticas do cuidado que tendem a hipostasiar o caráter quase “sagrado” do trabalho de cuidado, que deveria ser gratuito e realizado por ética, e, de outro lado, a tendência progressiva de medir o conjunto das esferas da atividade humana e a mercantilizar tudo? Como navegar entre essas duas armadilhas e chegar a uma eficácia política?

JF: Eu acho que há de fato uma forma de medir o trabalho de cuidado, não exatamente com uma precisão de relógio, mas de chegar ao um acordo sobre um valor, que pode estar ligado ao valor de uso, por exemplo. Nós somos completamente cegados/as pela ideologia naturalista e, simultaneamente, pela ideologia do amor – em especial o amor heterossexual, não no sentido de práticas sexuais, mas no sentido do amor compreensivo e benevolente que as mulheres presumível e naturalmente teriam pelos homens, assim como pela ideologia do amor materno. Romantiza-se muito tudo isso em uma visão ocidental e de classe média, enquanto Paola Tabet¹⁴ demonstra muito bem que a função “nutridora”, “cuidadora”, de ama de leite, por exemplo, com frequência esteve ligada a frios contratos mercantis, e que inclusive ocorreu muitas vezes em contextos de escravização das mulheres. Ela demonstra também, apoiando-se sobre o exemplo das lutas das prostitutas, que é possível delimitar as prestações de serviços ditos sexuais, em termos de partes do corpo envolvidas, de duração e de tarifas, e que obter essa delimitação, essa medida, é algo

¹⁴ TABET, P. *La grande arnaque: sexualité des femmes et échange économique-sexuel*. Paris: L’Harmattan, 2004. Coll. « Bibliothèque du féminisme ».

positivo para essas pessoas. Silvia Federici escreveu em 1975 que o beijo que a mulher dá no seu marido quando ele chega em casa à noite é um trabalho. É nosso interesse como mulheres ou como pessoas racializadas defender a mensurabilidade das diferentes formas de trabalho que nós provavelmente realizamos de qualquer maneira, e propor critérios para medi-las.

OP: E regulamentá-lo também no sistema jurídico?

JF: Eu penso que sim porque uma vez que se fixa um valor, é possível discuti-lo, dizer que ele é muito baixo ou, ao contrário, elevado demais e decidir fazer as coisas gratuitamente, mas sabendo que isso vale algo. Isso que obriga as pessoas a monetarizar, isso que obriga algumas pessoas reduzidas ao estado de corpo-máquina-de-força-de-trabalho a monetarizar as práticas sexuais ou outras prestações de serviço que gostaríamos que fossem ligadas ao “amor” são as “três condições” que destaca Tabet: a privação estrutural do acesso aos recursos e ao conhecimento e a ameaça permanente de violência. É isso que não é romântico: a dependência econômica. E não o fato de demandar dinheiro para uma transa ou de mercantilizar o cuidado.

SW: Minha questão seguinte era sobre o trabalho sexual – o que você já comentou um pouco. Enfim, sobre esse continuum.

JF: Sobre a questão do “continuum da troca econômico-sexual” (conceito desenvolvido por Paola Tabet), não me agrada que os homens, qualquer homem e inclusive o “mais coitado”, como bem disse Tabet, possa desfrutar de um privilégio completamente indevido que consiste em obter, de forma muito fácil e geralmente muito barata, e até mesmo gratuitamente, prestações sexuais de quase qualquer mulher e de certos tipos de homens, no âmbito do que Tabet chama de “A grande fraude” e que é simplesmente o sistema político e econômico da heterossexualidade. Nesse sentido, eu não defendo de forma alguma nem os clientes em si nem a compra de “serviços sexuais”. Mas como Tabet, eu não posso de forma alguma condenar que eles

sejam “vendidos” pelas mulheres porque as relações sociais estruturais de sexo que governam a maioria das sociedades atuais não lhes deixam outra escolha senão a de se colocar em algum lugar no *continuum* entre o casamento e a prostituição. O problema não é “casamento ou prostituição”, o problema é que para toda uma classe de sexo existam as três condições destacadas por Tabet: a limitação drástica do acesso aos recursos, a limitação drástica do acesso ao conhecimento e a ameaça permanente, às vezes atualizada, de violência.

OP: A luta, portanto, também envolve a redefinição de um quadro de valor, a redefinição de esferas de valor econômico que foram invisibilizadas?

JF: Nós voltamos aqui ao que dizia Delphy: o problema do trabalho doméstico não é que ele não tenha valor em si mesmo, mas que não tem valor porque não pode ser negociado no mercado. Porque a pessoa que produz esse trabalho não é livre para entrar no mercado de trabalho, uma vez que já negociou sua força de trabalho no contrato de casamento.

OP: Eu gostaria agora de voltar à questão da interseccionalidade. Você diz que não aprecia muito esse termo, que vem de problemáticas jurídicas e do contexto estadunidense. Há algum tempo parece haver uma proliferação semântica de termos concorrenciais: nós falamos de “opressão cruzadas” ou, no seu caso, de “vasos comunicantes”. Qual é o desafio, o deslocamento que você busca operar com esse conceito? Ele diz respeito unicamente a preocupações ligadas à tradução ou também a questões epistemológicas, políticas?

JF: Inicialmente é preciso lembrar que faz muito tempo que tem pessoas que não pensam em termos de apenas uma relação social. Todo o século XIX (de Marx aos socialistas, passando pelas feministas e as/os ex-escravos/as do Haiti, do Brasil ou dos Estados Unidos, em especial) foi atravessado por essa questão da ligação entre sexo, raça e classe. Isso foi teorizado de maneira muito variada, sim, segundo

os contextos e com vocabulário diferente. Se nós voltarmos aos anos 1970, muitas feministas Negras, e em especial o Coletivo *Combahee River*, abordaram essa questão. Seu Manifesto foi publicado em 1979. Elas falavam de “*interlocking systems*”¹⁵. Dez anos depois, Kimberlé Crenshaw, jurista estadunidense e também negra, introduziu o termo de interseccionalidade, que atraiu muita gente diferente por múltiplas razões e sobretudo teve uma enorme difusão depois que a ONU o utilizou durante a conferência de Durban contra o racismo, em 2001¹⁶. O termo interseccionalidade tem a vantagem e o inconveniente de ser bastante indefinido e de poder ser apropriado rapidamente, mas falta...

OP: Falta o componente das relações sociais estruturais?

JF: Sim, falta completamente essa dimensão. Do meu ponto de vista, ele não leva a pensar em termos de relações sociais estruturais, mas sim de identidades contraditórias, de papéis, de representações. Crenshaw não se filia particularmente em uma tradição materialista ou marxista e, de toda forma, a tradição marxista estadunidense não é a europeia, isso sem contar a questão das línguas em que se pensa. É mais fácil em francês distinguir *rapport social* (estrutural) e *relation sociale* (interpessoal) que em outras línguas. O termo interseccionalidade teve o grande mérito de chamar atenção para um problema que é central, mas muitas vezes leva a uma perspectiva de análise inadequada, e me parece que em última análise pode levar a colocar mal o problema. As incompreensões são múltiplas. Como o conceito foi forjado por um grupo de mulheres Negras de origem proletária, muitas pessoas pensam que é um conceito que diz respeito às mulheres negras proletárias e apenas a elas. Além disso, diferentemente do conceito de imbricação

¹⁵ FALQUET, J. Le Combahee River Collective, pionnier du féminisme Noir. Contextualisation d’une pensée radicale. In : FALQUET, J.; LADA, E.; RABAUD, A. *(Ré)articulation des rapports sociaux de sexe, classe et “race”*. Repères historiques et contemporains. Cahiers du CEDREF. Paris: Université Paris-Diderot, 2006, p. 69-104.

¹⁶ Ver, por exemplo, a entrevista de Sirma Bilge: <<http://www.contretemps.eu/enjeux-defis-linterseccionalite-entretien-sirma-bilge>>.

das relações sociais estruturais, o conceito de interseccionalidade praticamente não nos leva a falar das dimensões estruturais e nem a se perguntar sobre as dinâmicas históricas. Ele é mais freqüentemente utilizado em perspectivas bastante inter-individuais, para pensar situações de cara a cara, de negociação...

OP: Sim, jurídicas.

JF: Ele efetivamente saiu da discussão jurídica. Mas eu quero, sobretudo, enfatizar sua dimensão “micro”, das identidades em confronto. Outros o criticam por suas afinidades com o pós-estruturalismo ou suas ligações com o pensamento neoliberal. Ele está inegavelmente ancorado na realidade dos Estados Unidos e em sua história, mas também no mundo do pós-estruturalismo. Enfim, outras pessoas, como Patricia Hill Collins ou Sirma Bilge¹⁷ afirmam que o conceito foi muito despolitizado e esvaziado de seu sentido, em especial por pessoas brancas do meio acadêmico e da classe média. Dito isso, o trabalho de Crenshaw e de uma infinidade de pessoas que utilizam o conceito de interseccionalidade é um passo a frente inegável em relação a pensar em termos de uma única relação social.

SW: Em sua obra *De gré ou de force: les femmes dans la mondialisation* você analisa como o neoliberalismo produz e se apoia sobre a produção de um “casal” heterossexual típico: as mulheres de “serviço” e os homens “armados”. Você poderia nos explicar como isso permite re-naturalizar as relações de classe, gênero e raça?

JF: Eu me inspirei em Nicole-Claude Mathieu para propor essa análise. Desde 1971 ela propõe pensar os homens e as mulheres como construídos por uma relação dialética¹⁸. Então, quando comecei a estudar o trabalho das mulheres, pensei que sua evolução deveria

¹⁷ “Intersectionality”. Montreal: Polity, 2016.

¹⁸ MATHIEU, N-C. Notes pour une définition sociologique des catégories de sexe. In: *L'anatomie politique*. Paris: Côté Femmes éditions, 1971.

ser interpretada em relação a uma evolução concomitante do trabalho dos homens e vice-versa. No entanto, eu não falei de um casal (pois eu queria precisamente contribuir para a desconstrução do imaginário heterossexual e do casal¹⁹), mas de um “par fatal”.

SW: Você demonstra nesse livro como as forças armadas estadunidenses dedicaram orçamento para pagar prostitutas para os soldados, evidenciando que é nas zonas mais fortemente afetadas pela guerra do Vietnã que hoje encontramos mais turismo sexual. Há toda uma dinâmica aqui...

JF: Eu me apoio bastante no trabalho de Cynthia Enloe no que diz respeito às forças armadas estadunidenses²⁰, assim como no de Mercedes Olivera em Chiapas, que demonstra que o exército mexicano também tem um orçamento específico para pagar prostitutas para os soldados. O que me interessava era demonstrar que os homens não se contentam apenas em consumir os produtos sexuais, mas que eles também *produzem* de fato a força de trabalho. Diz-se que a prostituição é o “trabalho mais antigo do mundo”, como se “A Prostituta” existisse no vazio e de maneira atemporal, enquanto que ela existe porque muitas mulheres foram privadas do acesso aos meios de produção (o acesso aos recursos), privadas do acesso ao conhecimento e são permanentemente ameaçadas de violência. O trabalho de Enloe me leva a refletir sobre isso, sobre o fato que os homens armados produzem mulheres de serviço, desorganizando a economia, deixando-lhes viúvas com crianças para alimentar etc.

Outro aspecto dessa reflexão sobre os homens com armas e as mulheres de serviço é demonstrar a importância econômica desses

¹⁹ FALQUET, J. Le couple, ce douloureux problème. Pour une analyse matérialiste des arrangements amoureux entre lesbiennes. Actes du 5ème colloque international d'études lesbiennes “Tout sur l'amour (sinon rien)”. Toulouse: Bagdam Espace Lesbien, 2006, p. 17-38.

²⁰ ENLOE, C. Bananas, beaches and bases: making feminist sense of international politics. Berkeley: University of California Press, 2000.

dois setores freqüentemente clandestinos, escondidos, informais (que nós pensemos nas trabalhadoras do sexo, mas também nos membros dos cartéis de droga, por exemplo), com o objetivo de ter uma história alternativa da globalização neoliberal que não seja unicamente aquela do deslocamento das usinas “produtivas”. E era também para equilibrar as análises feministas que falam da circulação da mão de obra feminina nos serviços, mas sem relacioná-las com os mecanismos que por sua vez criaram essa circulação e essa mão de obra. Por fim, isso me permitiu analisar conjuntamente duas categorias de trabalhadoras: as trabalhadoras domésticas e as prostitutas, que são, pensadas separadamente quando se trata com freqüência das mesmas mulheres em diferentes horas do dia ou momentos das suas vidas, e de um *continuum* de trabalho.

SW: Como você avalia a atual crise do trabalho assalariado e o diagnóstico que foi nosso ponto de partida, ou seja, da proliferação de um tipo de trabalho cada vez mais “imensurável”, invisibilizado e, portanto, mal ou não pago?

JF: Existem tendências contraditórias. Uma nova parte das mulheres que anteriormente trabalhavam principal ou exclusivamente na família estão entrando no sistema assalariado (em especial após sua expulsão do mundo rural), mas em geral nas atividades mais informais e precárias, uma espécie de “sub-assalariamento” cujo valor não se chega a definir claramente. Simultaneamente, as categorias sócio-profissionais que tinham um salário fixo, com uma escala clara, são informalizadas e começam a convergir para o primeiro grupo. Há uma degradação do mercado de trabalho ao mesmo tempo em que ele incorpora novos grupos. Isso significa uma espécie de melhoria para as pessoas que estão piores colocadas nas relações sociais estruturais de sexo e raça, que vêem seu trabalho parcialmente reconhecido e remunerado (ainda que mal), como é ilustrado, por exemplo, em alguns casos de gestação para terceiras pessoas, mas para a maioria das outras, há uma deterioração nas condições de trabalho e na relação salarial.

OP: Esse mecanismo parece então se dispersar um pouco daquele dos vasos comunicantes: não se trata mais de ganhar uma vantagem em relação a outro ponto do *continuum*, mas é mais uma convergência mundial rumo ao crescimento do que você chama de trabalho desvalorizado?

JF: É uma ótima pergunta, que de fato ilustra o caráter dinâmico dos vasos comunicantes. Quando pensamos em termos sincrônicos (em um instante “T”, todas as coisas sendo iguais por outra parte), então ganhar uma melhoria em um tipo de relação implica uma piora na situação de outros setores. Mas tudo isso é dinâmico e, ademais, o tipo assim como a quantidade total do trabalho pode variar. É por isso que é possível pensar – e seria necessário ainda aprofundar – que esse desenvolvimento do mercado de trabalho informal poderia ser considerado como uma forma de extensão da apropriação coletiva. A exploração (as relações de classe social) seria transformada, ao mesmo tempo e por causa do rearranjo na apropriação, entre sua forma coletiva e sua forma privada. É apoiando-me em Laurin e Jureau que eu me questiono se a apropriação de raça e sexo não iria cada vez mais caminhar para uma forma de apropriação coletiva, que já seria difícil de distinguir verdadeiramente do assalariamento, ainda que suas bases sejam na realidade diferentes. Quanto ao assalariamento, mostra cada vez mais uma tendência a se parecer com as lógicas de apropriação, uma vez que demanda às pessoas assalariadas de estarem disponíveis o tempo todo, de organizar toda a sua vida em torno do trabalho e de dedicar seu corpo e alma à empresa. Trata-se, portanto, da dinâmica dos vasos comunicantes, mas abordada sob outra ótica, aquela da reconfiguração do mercado de trabalho e das relações sociais que lhe são subjacentes. Seria necessário analisar os fenômenos com uma precisão muito maior, em espaços-tempos concretos...

OP: Essa última afirmação traz um aspecto importante de seu trabalho: a atenção à espacialidade, ao espaço geográfico a partir do qual se fala... Esta é uma crítica à metodologia de determinados autores políticos, a perspectivas muito generalistas e não situadas?

JF: Digamos que é sempre bem tentador generalizar e construir grandes teorias, mesmo que correspondam pouco ao que é observado na prática. E acima de tudo, várias pessoas esquecem completamente a metade da humanidade em seus raciocínios. Completamente. E também esquecem a maioria daquelas pessoas que não são brancas. E então – às vezes – dizem: “Oh sim, teremos que acrescentar todos esses casos no raciocínio...”. Quanto a pensar em mudar o raciocínio...

OP: Para terminar, uma última questão: se nós seguimos seu diagnóstico sobre os vasos comunicantes e o fato que uma “suavização das desigualdades entre os sexos” leva a um “endurecimento das relações de classe e raça”, você acredita que se trata de um elemento de explicação para pensar a instrumentalização atual das questões “feministas” pelos partidos populistas e, mais ainda, por uma parte do *establishment*, aqui incluído o socialista, em um período de desordem econômica e de tensões extremas nas relações sociais?

JF: A reflexão sobre os vasos comunicantes é precisamente uma tentativa de melhor compreender essas dinâmicas de instrumentalização, tão atuais, mas que estão também frequentemente presentes na história. Por exemplo, quando olhamos para a história dos Estados Unidos, vemos como, depois da abolição da escravidão, uma oposição foi alimentada entre as mulheres (brancas) e os (homens) negros sobre o direito ao voto. Na lógica colonial, os exemplos são abundantes. Não apenas de instrumentalização da questão das mulheres contra as pessoas racializadas, mas também o contrário, ou ainda do sexo contra a classe, ou da raça contra a classe. Todas essas oposições são possíveis e ocorreram em diferentes momentos históricos. Hoje em dia, o que parece preponderar é uma oposição entre as mulheres, em especial aquelas consideradas brancas, e as pessoas racializadas, em especial aquelas consideradas homens.

OP: Aqui você aborda mais precisamente a questão do voto e da estratégia eleitoral...

JF: O que eu quero dizer é que em diferentes situações podemos observar lutas para que diferentes classes “em si” (produzidas por diferentes relações sociais) tomem “consciência de si próprias”. Nessa perspectiva, em função dos contextos e das histórias, surgem diferentes tipos de “empreendedores políticos”. Alguns gritam “sigam-nos, é o eixo de raça que deve vir primeiro”, como o marxismo defende, sem ceder, o eixo de classe, e o feminismo tenta reunir as mulheres ou colocar em destaque as relações sociais estruturais de sexo²¹. Trata-se de interpretar a realidade e tentar influenciá-la criando correlações de forças ideológicas e numéricas. Isso abre espaço para lutas sangrentas pelas mesmas “bases” – e as mulheres constituem as “tropas” mais interessantes: quando elas se envolvem numa luta, são muitas vezes as mais convencidas, as mais dedicadas e as mais radicais, porque sabem muito bem que não têm nada a perder e que, voltando atrás, tudo o que as espera é o opróbrio e a responsabilidade para com as crianças e o marido...

OP: Daí o desafio de não entrar nessas agendas competitivas entre minorias?

JF: Dada a configuração histórica de cada situação, as categorias já são parcialmente existentes: não é possível apagá-las com uma varinha mágica. No entanto, podemos buscar refletir sobre a criação de alianças. Uma parte de minha Habilitação para Dirigir Pesquisas (HDR) é baseada em Gramsci, opondo-me a ele, para buscar como constituir alianças que abordem de maneira igualitária (e imbricada) cada relação social estrutural. Essa é a grande preocupação das mulheres racializadas, proletárias, feministas, antirracistas e anticapitalistas. De forma geral, as pessoas que estão mais interessadas nessa questão são as que além de serem anticapitalistas são proletárias, que além

²¹ FALQUET, J. A qui appartiennent les femmes? L’ “arrondissement des femmes” par les mouvements sociaux mixtes et leur possible autonomisation: une analyse féministe. In: L’action collective face à l’imbrication des rapports sociaux. Classe, ethnicité, genre. Paris: L’Harmattan, 2009.

de serem antirracistas são racializadas, e além de lutar contra as relações sociais estruturais de sexo, são mulheres. O que não é claro é como praticar a “democracia interna” nos movimentos e na luta. Mas “democracia”, o que isso quer dizer exatamente? Como elaborar projetos que ao mesmo tempo contém e ultrapassam os interesses de cada grupo que a luta traz?

OP: Então a ideia geral realmente não é ficar na perspectiva de análise única de classe...

JF: Não é ficar ali, e aí volta a questão do método no sentido de que precisamente quando pensamos em termos de identidade, muitas vezes sob a influência de uma compreensão reduzida da interseccionalidade, nós tendemos a pensar em termos de superposição ou de adição de identidades, e temos dificuldades de fazer alianças porque elas tomam uma forma de justaposição e de contradições múltiplas. Enquanto que, na realidade, paradoxalmente, a maneira de se organizar para lutas eficazes não é partir de nossas posições respectivas nas relações sociais estruturais (com todas as suas contradições internas e interindividuais), mas muito mais buscar um projeto comum que pode nos unir – superar o conjunto das relações sociais estruturais. No lugar de buscar mudar de lugar nos vasos comunicantes ou de fazer o fluxo circular de outra forma, o objetivo é destruir os recipientes e, ao fazê-lo, seu conteúdo. Em minha opinião, este é o melhor ponto de encontro, aquele que torna possível uma união muito ampla.